

**EDcl nos EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.758.424 - RS (2018/0197036-1)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**EMBARGANTE : IVO LUIZ NAUE**  
**ADVOGADOS : AUGUSTINHO GERVASIO GOTTEMS TELOKEN - RS028958**  
**RENAN RAMOS FERREIRA - RS075716**  
**RENAN TELÖKEN E OUTRO(S) - RS082371**  
**EMBARGADO : BANCO DO BRASIL SA**  
**ADVOGADOS : JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA - RS095750A**  
**SERVIO TULIO DE BARCELOS - RS095803A**

**DECISÃO**

Trata-se de embargos de declaração opostos contra a decisão de e-STJ fls. 549/551, que atendeu à determinação do Supremo Tribunal Federal acerca da suspensão nacional dos processos relativos a cobrança de diferenças de correção monetária em cadernetas de poupança decorrentes de expurgos inflacionários, seja na fase de conhecimento ou de execução, enquanto vigorar o período de 24 (vinte e quatro) meses que os poupadores têm para decidir sobre a adesão ao acordo coletivo homologado em fevereiro de 2018 (Recurso Extraordinário 632.212, relator Ministro Gilmar Mendes).

O embargante alega, em síntese, o seguinte:

Com o máximo respeito, NO CASO ESPECÍFICO DOS AUTOS, reputa a ocorrência em ERRO MATERIAL e em OMISSÃO a douta decisão ao determinar a devolução dos autos à origem, (i) porque o caso em julgamento trata-se de cumprimento de sentença de título executivo judicial, que independe de eventual decisão de mérito da ADPF n. 165 e dos RE's n. 626.307, 591.797, 632.212, ou qualquer diligência para o desiderato julgamento e concretização da satisfação da obrigação, pelo que inaplicável o disposto nos arts. 1.039, 1.040 e 1.041, e na construção do art. 1.040 c.c o §2º do art. 1.041, todos do CPC/2015, (ii) bem como porque o caso dos autos é inapto para adesão ao acordo nacional divulgado, conforme cláusula condicionante do acordo coletivo 4.1, b, iii e iv – fls. dos autos eletrônicos, (iii) além do fato de restar evidenciado o desinteresse na autocomposição no caso específico dos autos POR AMBAS AS PARTES, fato que enseja analogicamente a aplicação do art. 334, §4, I, do CPC, de forma que cabe o prosseguimento com desiderato julgamento; situações estas expostas que, caso evidenciadas, em tese, poderiam infirmar a conclusão adotado pelo Julgador,

merecendo serem enfrentadas em obediência a lei, sobretudo porque a parte não tem interesse no acordo e inexistente motivo e previsão legal para a suspensão do feito e não ocorrer o julgamento do recurso no caso específico dos autos.

Sustenta a impossibilidade de sobrestamento do feito em respeito à coisa julgada e tece considerações sobre os recursos extraordinários 626.307, 591.797 e 632.212.

Postula o acolhimento do recurso com efeitos infringentes.

Impugnação não apresentada (certidão fl. 567).

Relatados, passo a decidir.

A pretensão não merece prosperar.

Não se demonstrou nenhuma das hipóteses do art. 1.022 do Código de Processo Civil.

Depreende-se das razões dos presentes embargos de declaração que a pretensão do ora embargante é unicamente o re julgamento da matéria, para o que não se presta a via então eleita.

Eis o conteúdo da decisão proferida pelo Ministro Gilmar Mendes nos autos do RE 632.212/SP:

Decido.

Conforme relatado, homologuei o acordo coletivo apresentado nos presentes autos, que visa solucionar as inúmeras controvérsias relativas a diferenças de correção monetária em depósitos de poupança, decorrentes da implementação de vários planos econômicos (Cruzado, Bresser, Verão, Collor I e Collor II).

Na ocasião, determinei o sobrestamento do presente feito, por 24 (vinte e quatro) meses, de modo a possibilitar que os interessados, querendo, manifestem adesão à proposta nas respectivas ações, perante os juízos de origem competentes, com o intuito de uniformizar os provimentos judiciais sobre a matéria e privilegiar a autocomposição dos conflitos sociais.

Ocorre que, mesmo após o citada determinação, os órgãos judicantes de origem tem dado prosseguimento às liquidações e execuções das decisões sobre a matéria, o que tem prejudicado a adesão ou ao menos o livre convencimento dos particulares sobre o acordo em questão.

Destaque-se, como já ressaltado, que o acordo tem como objetivo

maior garantir o equilíbrio do Sistema Financeiro Nacional, tendo em vista o imenso número de ações a respeito do tema, bem como resguardar o interesse dos particulares envolvidos ao recebimento célere dos valores devidos.

Nesses termos, entendo necessária a suspensão de todos os processos individuais ou coletivos, seja na fase de conhecimento ou execução, que versem sobre a questão, pelo prazo de 24 meses a contar de

5.2.2018, data em que homologado o acordo e iniciado o prazo para a adesão dos interessados.

À Secretaria Judiciária para as providências cabíveis, sobretudo à cientificação da Presidência dos Tribunais de Justiça, Tribunais Regionais Federais e Superior Tribunal de Justiça, para que adotem as medidas necessárias ao cumprimento da determinação.

De igual modo, esta Corte Superior, quando da apreciação da Questão de Ordem no REsp nº 1.568.798/DF, esclareceu que a suspensão determinada pelo Supremo Tribunal Federal alcança os processos individuais ou coletivos, tanto na fase de conhecimento quanto na de cumprimento de sentença, que digam respeito, ainda que como tema de fundo, aos chamados expurgos inflacionários dos planos econômicos, seja Bresser, Verão, Collor I e II. A respeito:

QUESTÃO DE ORDEM. PROCESSUAL CIVIL. DECISÃO PROLATADA NOS AUTOS DO RE N. 632.212. SUSPENSÃO DE PROCESSOS INDIVIDUAIS E COLETIVOS QUE ENVOLVAM CONTROVÉRSIAS RELATIVAS A DIFERENÇAS DE CORREÇÃO MONETÁRIA SOBRE DEPÓSITOS DE POUPANÇA.

1. Consoante decisão prolatada pelo Ministro do STF Gilmar Mendes, nos autos do RE n. 632.212 - recurso vinculado ao Tema de repercussão geral n. 285 -, devem ser sobrestados todos os processos individuais ou coletivos, seja na fase de conhecimento ou execução, que versem, ainda que apenas como tema de fundo, sobre controvérsias relativas a diferenças de correção monetária em depósitos de poupança decorrentes da implementação de vários planos econômicos (Cruzado, Bresser, Verão, Collor I e Collor II).
2. Por um lado, os arts. 1.039, 1.040 e 1.041, todos do CPC/2015, dispõem sobre a atuação do Tribunal de origem após o julgamento do recurso extraordinário submetido ao regime de repercussão geral ou do recurso especial submetido ao regime dos recursos repetitivos.
3. Por outro lado, no âmbito do RE n. 626.307 e do RE n. 591.797 -

Temas 264 e 265 -, o Plenário Virtual do Supremo Tribunal Federal reconheceu a existência de repercussão geral da questão tida por constitucional na discussão acerca das diferenças de correção monetária de depósitos em caderneta de poupança, não bloqueados pelo Bacen, por expurgos inflacionários decorrentes dos Planos Bresser, Verão e Collor I.

4. Em vista da decisão prolatada no âmbito do STF e na linha da jurisprudência do STJ, os autos devem ser devolvidos para sobrestamento no Tribunal de origem, com baixa nesta Corte, a fim de que, após a publicação do acórdão do respectivo recurso extraordinário representativo da controvérsia, em conformidade com a previsão do art. 1.040, c/c o § 2º do art. 1.041, ambos do CPC/2015, seja adotada uma das seguintes providências: a) na hipótese de a decisão recorrida coincidir com a orientação do Supremo Tribunal Federal, seja negado seguimento ao recurso especial ou encaminhado a esta Corte Superior para a análise das questões que não ficaram prejudicadas; ou b) caso o acórdão recorrido contrarie a orientação do Supremo Tribunal Federal, seja exercido o juízo de retratação e considerado prejudicado o recurso especial ou encaminhado a esta Corte Superior para a análise das questões que não ficaram prejudicadas; ou c) finalmente, mantido o acórdão divergente, o recurso especial seja remetido ao Superior Tribunal de Justiça.

5. Questão de ordem acolhida.

(QO no REsp 1568798/DF, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 27/11/2018, DJe 26/02/2019)

Assim, ao contrário do que sustenta o recorrente, não há a exceção invocada.

Improsperável o recurso.

Em face do exposto, rejeito os embargos de declaração.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2019.

**MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
Relatora